

CRESCIMENTO URBANO FRAGMENTADO: DINÂMICA NAS CIDADES BRASILEIRAS

*Sandra Catharinne Pantaleão¹
Yoshiya Nakagawara Ferreira²*

RESUMO

As cidades se consolidaram ao longo do século XX, como o palco da vida humana, formando aglomerações, regiões metropolitanas, cidades médias, pequenas ou núcleos urbanos, pelos fenômenos de dispersão e concentração, acarretando modificações profundas nas estruturas dos tecidos históricos, especialmente no Brasil. Nesse processo, constata-se que as cidades não se moldaram ao espaço que a envolve, percebe-se que há uma inversão na escala intra-urbana: o centro e a periferia assumem papéis diferentes, evidenciando os tempos de constituição da cidade, de forma fragmentada ou reforçando estruturas anteriores. Os limites iniciais das cidades são superados, com a consolidação das áreas mais periféricas em contraposição à degradação ou destruição das áreas históricas. Há um prolongamento da área urbanizada, o que modifica as relações com o suporte físico, pela inserção de redes e fluxos que se organizam e ampliam fronteiras, fragmentando ou definindo cidades regiões urbanas. Na produção urbana capitalista, onde se manifesta claramente a compressão do espaço-tempo, a reprodução material nas cidades se reestrutura constantemente, fragmentando, redesenhando espaços, ao mesmo tempo em que consolidam novas áreas que vão sendo apropriadas pelos agentes sociais urbanos. Entender esse processo é fundamental para que as ações de planejamento urbano e ambiental considerem a dinâmica de transformação constante das cidades, tanto nas suas relações internas como externas.

Palavras-chave: cidade; dinâmica urbana; aglomerações urbanas; gestão urbana.

¹ Arquiteta e Urbanista. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. e-mail: sandrinhapanta@gmail.com.

² Doutora em Geografia. Professora Sênior do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina. e-mail: yoshiyanf@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século passado, observa-se uma dinâmica sem precedentes, no crescimento demográfico urbano, influenciando e recebendo influências de forma avassaladora na organização do espaço geográfico. Presenciamos atualmente uma mundialização onde a economia, a política e a cultura se viram confrontadas, formando uma heterogeneidade de micro e macro espaços em vários pontos do planeta. O rápido crescimento demográfico, principalmente o contingente localizado nas cidades, modificou não só a paisagem urbana local e regional, mas alterou substancialmente a paisagem rural e todo o seu entorno. Essas mudanças são resultados de processos e conteúdos distintos.

O rápido crescimento da população urbana – tanto nas cidades médias, grandes como nas metrópoles nacionais ou mundiais –, atinge a sua maior expressão principalmente a partir do fim do século passado, transpondo para o século XXI com uma densidade nunca antes vista, tanto nos aspectos territoriais como organizacionais.

Com o apoio de Redes, ampliam suas relações, que permitem a intensidade e simultaneidade de atividades, pelos seus “fluxos” e a magnitude dos “objetos fixos” (SANTOS, 1978, 2000), que tomam expressões e extensões sem precedentes.

A compressão do espaço-tempo é uma das formas essenciais das novas vinculações da produção capitalista, pois o capital financeiro adquire autonomia em relação ao capital industrial. Assim, o fluxo internacional de recursos pode ser feito sem a intermediação do Estado, somente com o suporte tecnológico dado pela informática. (HARVEY, 1992). Ou seja, a contiguidade física ou a distância não são mais obstáculos. (CASTELLS, 1999).

E a reprodução material nas cidades, nas cidades-regiões ou nas “bacias-urbanas”, como se configura? Quais são as forças que fazem imprimir no espaço esses desdobramentos?

2. FRAGMENTAÇÃO QUE CONCENTRA O URBANO-REGIONAL

Iniciemos com o crescimento demográfico da população brasileira nos últimos setenta anos. Nesse período, a população urbana passa de aproximadamente 31% da população total em 1940 para aproximadamente 84% em 2010. Atualmente, são aproximadamente 160 milhões de pessoas residindo nas áreas urbanas. Pode-se perceber que esse crescimento vertiginoso se deu a partir de 1970, quando a população urbana somava cerca de 52 milhões de habitantes, triplicando em apenas 40 anos.

O rebatimento espacial da população nas cidades, - ainda carentes de infraestrutura, de trabalho, de locais de moradia e serviços sociais de primeira necessidade, - expressava espacialmente a incapacidade do poder público em acompanhar o acelerado crescimento da população, em assentamentos dignos e com qualidade. Esse crescimento e, conseqüentemente, as expansões em direção às áreas rurais periféricas, principalmente a partir dos anos de 1980, induziram a formação de vários espaços diferenciados, criando-se locais de residências de alta categoria ao lado de favelas e do campo, ainda em produção, que resistem ainda em alguns interstícios desse processo dinâmico.

Observa-se também a coexistência de culturas agrícolas ao lado de avenidas em forma de labirintos fechados, com fortalezas de concreto, eletrificadas, demonstrando uma auto segregação em muitas periferias da cidade.

Miranda (2009) relata que nesse contexto,

[...] as áreas de transição rural-urbana passam a ser, mais que antes, um palco complexo onde se materializa uma diversidade de interesses e processos, em articulação e conflito, de vários agentes modeladores do espaço, o que realça, desse modo, a necessidade de melhor caracterizá-las para subsidiar o planejamento e a gestão rural-urbana (MIRANDA, 2009, p.2)

Nesse processo da dinâmica urbana configurando novos contornos espaciais no contato do urbano com o rural, podem-se observar muitas fragmentações e permanências imprimidas nas formas do uso da terra, sem nítidas definições ou delimitações. Ora, parecem áreas abandonadas, ora com plantações sazonais, ora espaços ou casas a alugar. São áreas altamente disputadas, áreas em conflito e áreas estratégicas, onde o poder público quase sempre está ausente, pois,

os agentes sociais da terra são muito mais eficientes e capacitados que o Planejamento Público.

Em praticamente todas as cidades brasileiras, principalmente naquelas localizadas nas regiões de economia dinâmica, pode ser verificado esse processo de expansão, como tentáculos de um *polvo* que avança sempre em direção ao campo e, dependendo das condições de sua apropriação pelos agentes que atuam nas áreas urbanas, como incorporadores, construtores e empresas de loteamento, a destinação das glebas rurais ou loteamentos se faz com muita especulação, marketing e simbolismos de sedução da clientela.

É comum o apelo à segurança segregativa e uma volta à natureza, enaltecendo os corpos d'água que são aprisionados indevidamente ou supervalorizando fragmentos vegetais que são adquiridos para valorizar os loteamentos. É o que observamos nas nossas pesquisas sobre a expansão do tecido urbano da cidade Londrina, em direção às áreas rurais, em todos os quadrantes.

3. AS AGLOMERAÇÕES URBANO-REGIONAIS

Moura (2004) destaca em seu trabalho *Morfologias de Concentração no Brasil: o que se configura além da metropolização*, a formação de um conjunto significativo de aglomerações urbanas com tendências à articulação entre si, como o complexo formado pela aglomeração metropolitana de Porto Alegre, que espacialmente articula-se à aglomeração urbana de Caxias do Sul, e as pequenas aglomerações do entorno, como Santa Cruz do Sul, Lajeado/Estrela, Gramado/Canela (p.86).

Apoiando-se nas pesquisas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2000), assinala algumas aglomerações a seguir especificadas:

[...] a mancha reticular do eixo nordeste catarinense da BR-101, que aproxima as aglomerações urbanas de Joinville, Itajaí, Blumenau e Florianópolis; e a das aglomerações de Londrina e Maringá, juntamente com outras centralidades satélites a essas aglomerações, no norte do Paraná. (MOURA, 2004. p.86)

Há ainda processos espaciais com resultados distintos na morfologia urbana brasileira, cada vez mais enredada e distante do desenho em seqüência de anéis concêntricos a um pólo principal – desenho que caracterizam ainda muitas das aglomerações urbanas, conforme explica Moura.

Além dessas configurações morfológicas há várias outras desenhando configurações além do processo de metropolização. Moura (2004) se refere à “[...] fragmentação de um núcleo metropolitano em múltiplas e novas centralidades, que aparentemente adquirem vida própria”. (p.86)

Esses processos remetem às várias denominações, conforme literatura conhecida, como a “[...] metropolização expandida ou dilatada de Mattos (2004) à cidade difusa de Indovina (1990), a embrionárias cidades-regiões de Scott *et al.* (2001) [...]” (MOURA, 2004, p.86).

Na sua concepção, essas novas configurações não podem ser associadas apenas à reestruturação produtiva desta virada de século, já que cada unidade descrita tem uma história própria que dá significado à forma e à dinâmica resultantes.

Alguns elementos favoráveis à reestruturação, como a localização geográfica, as atividades econômicas da região com determinado grau de desenvolvimento tecnológico, ou a qualidade dos serviços ofertados permitem que algumas regiões se desenvolvam com um salto qualitativo, destacando-se de outras regiões e reafirmando a sua posição hierárquica.

O contexto acima pressupõe que há várias forças dinâmicas que determinam formações distintas em várias regiões brasileiras. Pode-se visualizar espacialmente que há nitidamente esboços territoriais ainda em surgimento e a caminho da consolidação.

Nem sempre a proximidade de uma metrópole nacional produz concentrações morfológicas, mas certamente, a dinâmica urbana de capitais regionais ou regiões dinâmicas do ponto de vista da inovação gestada no período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994), foi uma das gêneses desse processo de configuração urbana, com nítidas características de reprodução ampliada do capital e financeirização e territorializações distintas nos espaços urbanos.

Londrina, capital regional mais significativa do Norte do Paraná, e segunda cidade mais importante do Estado, cabeça de uma região de cerca de três milhões de habitantes, nesses últimos 20 anos, tem apresentado uma evolução consistente no âmbito da informática, pela presença de Universidades, Instituto de Pesquisa e Cursos de Aperfeiçoamento na área da informática, tanto para o desenvolvimento de *hardware* como de *software*. Os ativos tecnológicos e científicos existentes na cidade deram o suporte para o crescimento de atividades competitivas, resultando até na formação de Arranjos Produtivos Locais (APL) no setor da informática. Mas, o fenômeno mais significativo espacialmente constatado, é a rapidez com que, em duas décadas, centenas de edifícios fossem erigidos, uns, altamente sofisticados e inteligentes, outros, ligados ao conforto até inútil e exagerado, como um dos estilos de vida.

Há determinados espaços urbanos, onde a concentração da verticalização demonstra a imponência do capital, já em fase de financeirização da produção, um dos traços mais fortes do capitalismo contemporâneo. São espaços privilegiados, cuja produção e reprodução do próprio espaço, denso e contínuo, como uma região de esculturas longilíneas, próximas uma das outras, contrasta em Londrina, com os dos condomínios horizontais, dispersos em praticamente todas as

regiões da área periurbana, espaços privilegiados e qualificados, do ponto de vista da produção e reprodução do capital, igualmente na fase financeira.

Mas, e o conteúdo social dessas formas de segregação?

Ribeiro (2004, p.32), traz um consistente artigo onde apresenta e discute a Metrópole, que se situa entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Pontua que a proximidade territorial e a distância social é uma situação que tende a ser reforçada pelo modelo de organização espacial em emergência nas nossas grandes cidades. Portanto, a diferenciação das classes sociais é transformada em separações físicas e simbólicas que dificultam a sociabilidade, intensificam a fragmentação das identidades coletivas e inferiorizam certos segmentos sociais. Essa realidade reforça as tendências à fragmentação das identidades sociais, cujo resultado é o contraste entre a capacidade de organização – coesão social – dos altos executivos, e a dispersão dos grupos sociais restantes, em função da etnia, do gênero e da ocupação, aprofundando a segregação espacial, e, nos projetos de reestruturação urbana, estão alijados desse processo.

Para Santos (2008), a produção do espaço decorre das técnicas utilizadas, para que essa materialidade se efetive como expressão simbólica e, por isso, possui importante papel para a compreensão das transformações na modelagem e configuração das cidades. Por meio dessa dinâmica e avanço técnico científico é que se processam e se inserem novos elementos no espaço.

Fazendo uma análise dos termos *técnica*, *território* e *poder*, na obra de Milton Santos, Dias (2004), observa que, a partir da noção de espaço como conjunto indissociável de sistemas de objetos (a materialidade) e de ações (a sociedade), Milton Santos aborda

[...] a necessidade de reconhecer as categorias analíticas, entre as quais “estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido, ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo” (SANTOS, 1996, p.19). Assinala também a relevância da questão dos recortes espaciais – região, lugar, redes e escalas. (p.65)

A eleição dos recortes espaciais é sempre muito importante para estudos geográficos, pois, disso deriva muitas formas de abordagem, independente da metodologia e dos fundamentos teóricos. No caso de se “empiricizar” o tempo, como recomenda Milton Santos, é para torná-lo material, pois, o espaço não existe sem a materialidade (DIAS, 2004 e SANTOS, 1996).

A aglomeração, ao materializar mais nitidamente os processos de reestruturação produtiva, assume um novo desenho, pois,

[...] passa a constituir cidades únicas, densas e fragmentadas, que se esparramam incorporando centros vizinhos, ou articulam-se descontinuamente em redes conexas. Em qualquer dos casos, conformando-se sobre um mosaico de unidades político-administrativas autônomas e dotadas de interesses próprios. Essa expansão por áreas intersticiais e adjacentes mescla hibridamente o urbano e o rural, e se dilata de maneira dispersa e descontínua [...] (MOURA, 2004, p.89).

Com relação às territorialidades intersticiais por onde se observam expansões dessas aglomerações densas e fragmentadas, Baggio (2010) no seu estudo sobre *Territorialidades Intersticiais no Espaço-Tempo da Metrópole Contemporânea*, observa que a territorialidade se apresenta muitas vezes “[...] caracterizada por insinuantes relações topofílicas, bem como numa sensível presença e expressão do valor de uso na sua concreção espaço-temporal.” (BAGGIO, 2010. p.37)

Baggio esclarece que a ideia de território empregada

[...] se coloca para além da acepção que o qualifica como um construto essencialmente material e econômico, mas que o identifica também como um valor simbólico, à medida que é valorizado por práticas historicamente empreendidas pelos sujeitos sociais e suas relações com o espaço vivido (p.39).

Há muita densidade que pode ser evidenciada nos interstícios da formação da territorialidade em configuração no processo da urbanização brasileira, apresentando-se como uma boa agenda de pesquisa. Entretanto, para não fugir ao objetivo deste ensaio, que é a questão da fragmentação/consolidação das territorialidades urbano-regionais, é possível observar que essas configurações territoriais não são contínuas, pois abrangem muitas áreas de várias periferias urbanas que fazem parte do processo de expansão das cidades, sejam elas metrópoles, capital regional, uma cidade média ou uma pequena cidade.

Por outro lado, pode-se observar que há no conteúdo da nova configuração contemporânea das dinâmicas urbanas, muitos espaços rurais, que são áreas de expansão urbana em processo de incorporação, como também muitas áreas produtivas rurais.

Com relação à gestão dessa nova configuração, há muitos obstáculos e desafios a serem contornados e superados. Como lembra Moura (2004), no caso brasileiro, o federalismo enaltece o município como ente autônomo da estrutura do

estado. Portanto, são grandes os desafios que se colocam à governança dessas espacialidades.

Desse modo, há que se reconstruir escalas, tanto nas abordagens analíticas, como na definição de estratégias de desenvolvimento e políticas públicas. Escalas que norteiem o planejamento e a gestão territorial, levando em consideração o controle dos interesses privados e a garantia dos direitos sociais, numa ação política verdadeiramente eficaz. (MOURA, 2004, p.90)

Em artigo mais recente, Moura (2010), abordando a questão das dinâmicas territoriais recentes, observa que há uma densidade e extensão nos arranjos urbano-regionais, que são uma categoria concentradora.

Tais arranjos possuem forte articulação regional e extrema complexidade, devido à multiplicidade de fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias, conhecimento e de relações de poder que perpassam seu interior, por realizarem atividades intensivas em conhecimento e tecnologia, tendo como segmentos estruturadores os mais modernos da indústria de transformação ou funções terciárias superiores (MOURA, 2010, p.469).

No seu trabalho foram identificadas várias aglomerações urbanas, principalmente nas regiões sul-sudeste, onde a questão da conectividade e polarização se identificou como um dos arranjos onde muitas vezes a descontinuidade física do espaço construído é superada pela intensidade dos fluxos favorecidos por esse sistema (movimento pendular da população para trabalho ou estudo e sua multidirecionalidade interna aos arranjos).

O adensamento ao longo do eixo viário principal é uma das características que garantem acessibilidade à infraestrutura e aos serviços.

Moura (2010) identificou nove arranjos como centralidades principais,

Além da densidade física, o grau de polarização e a região de influência econômica dos arranjos se reforçam a partir de sistemas urbano-regionais internamente diferenciados e com fortes conexões inter-regionais por intensos fluxos de mercadorias e de pessoas. (MOURA, 2010, p.473)

Essas aglomerações possuem as maiores escalas de polarização da população e do PIB, além da capacidade tecnológica, são áreas também de aglomerações industriais que reforçam as relações internacionais e a inserção do arranjo na divisão social do trabalho.

Concluindo seu pensamento, Moura (2010) assinala que vários fatores como concentração, conhecimento, mobilidade e conectividade,

[...] agem como elementos essenciais no processo de metropolização, são inerentes à dinâmica produtiva em sua dimensão urbano-regional, estando relacionados aos estágios mais avançados da inserção do território na divisão social do trabalho. (MOURA, 2010, p.475).

Na sua pesquisa, Moura (2010) relata que, a partir da leitura atenta da dinâmica dos arranjos urbano-regionais, as análises refutam algumas teorias em voga, e assinala que,

[...] apesar da densificação das relações em rede e da ideia de que as tecnologias recentes de comunicação e informação tenderiam a romper a importância das economias de aglomeração na organização do espaço urbano-regional, mantém-se ou se recoloca a centralidade da metrópole e, conseqüentemente, das aglomerações em seu entorno. (p.484)

Aqui, mais uma vez se constata o papel centralizador da metrópole e da região metropolitana, pois, ainda, segundo a autora,

[...] em pouco se concretizaram as hipóteses quanto aos efeitos deslocalizadores e desconcentradores dessas tecnologias, ao contrário, as grandes metrópoles se reforçam no processo de reestruturação do capital, passando a ditar o comportamento do sistema global. (p.484)

Constata ainda que as relações centro-periferia assumem processos mais complexos e formas mais diversificadas, sempre associadas ao modo de produção e acumulação do capital, no qual interagem forças de concentração e de dispersão na organização do espaço.

4. REFLEXÕES FINAIS

Este pequeno ensaio, onde foram levantadas algumas questões sobre as atuais formas de configuração espacial e territorial das cidades, foi destacada a fragmentação e a centralização das aglomerações urbanas. Das metropolizações “expandidas ou dilatadas”, às cidades “difusas” ou as “embrionárias cidades regiões”, denominações já correntes e conhecidas pela literatura no âmbito urbano, respectivamente introduzidas por Mattos (2004), Indovina (1990) e Scott *et al.* (2001), são dinâmicas que reforçam o processo das configurações morfológicas que se desenham atualmente, além do processo de metropolização no Brasil, como foi demonstrado nas pesquisas de Moura (2004 e 2010).

Em uma extensa e longa pesquisa feita por Moura (2008, p. 206-08), podem ser constatados os detalhamentos teórico-metodológicos referentes à formação dos Arranjos Urbano-Regionais no Brasil. Duas importantes hipóteses foram confirmadas nessa rica pesquisa: a que enfatiza a importância atual da concentração brasileira, confirmada a partir da constatação de que os arranjos urbano-regionais emergem como a manifestação espacial de maior complexidade nas dinâmicas territoriais, engendradas pela metropolização.

E a segunda hipótese é a de que mesmo a proximidade, provoca assimetrias, pois a criação das externalidades que privilegiam os arranjos urbano-regionais decorre (de) e envolve municípios ou partes de seu território, que já detêm um mínimo de condições técnicas, científicas, institucionais e culturais são capazes de contribuir no processo de transformação nessa estruturação urbana-regional, atraindo investimentos, portanto para a acumulação e reprodução do capital. E, os municípios com menos condições de articulação, ficam à margem desse processo mais vigoroso.

Um dos importantes aspectos como reflexão do processo histórico da formação, como também os esboços que ainda se configuram no espaço urbano brasileiro, é o rebatimento espacial do capitalismo que, na sua forma mais contemporânea é a sua financeirização. Esta realidade produz uma competitividade segregativa para aqueles que não participam desse processo, que é representada pela maioria da população.

5. REFERÊNCIAS

- BAGGIO, Ulysses da Cunha. Territorialidades Intersticiais no Espaço-Tempo da Metrópole Contemporânea. In: **Revista Acta Geografica**, ano IV, n.7, jan/jul.de 2010, p.35-46.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- DIAS, Leila Christina. Técnica, Território e Poder na obra de Milton Santos. In: Brandão, Maria (org.) **Milton Santos e o Brasil – Território, Lugares e saber**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.
- MIRANDA, Livia Izabel Bezerra. Dinâmica Urbana e Planejamento em Áreas de Transição Rural-Urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife Pernambuco (Brasil). **Egal** 2009. Disponível em: www.egal2009.easyplanners.info/area05/5371_Miranda_Livia.pdf. Acessado em: 02/mar/2011.
- MOURA, Rosa. Morfologias de Concentração no Brasil: o que se configura além da metropolização? In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.107, p.77-92, jul./dez. 2004.
- _____. Arranjos urbano-regionais no Brasil: o conteúdo modificado da concentração e da desigualdade. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.115, p.199-2120, jul./dez.2008
- _____. Dinâmicas Territoriais Recentes: Rupturas ou manutenção de tendências? In: **Cad. Metrop**, São Paulo, v. 12, n°24, p.467-489, jul./dez. 2010.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. A Metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: RIBEIRO (Org.). **Metrópoles – entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Ed.Fund.Perseu Abramo. Rio de Janeiro, FASE. 2004.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Por uma nova Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.